

O Fenômeno do Agroturismo e a Influência das Instituições no Desenvolvimento Econômico Local: Um Estudo de Caso na Região Centro-Serrana do Espírito Santo

Autor: Jazan Mageski Alves e Marcelo Sanches Pagliarussi

Resumo

Os programas de desenvolvimento local, tais como o agroturismo, surgem em um contexto de busca de aumento da renda e da melhoria da qualidade de vida. O presente estudo tem como objetivo entender o processo de desenvolvimento econômico do fenômeno agroturismo no território de Venda Nova do Imigrante-ES. Foram utilizados os pressupostos da Nova Economia Institucional que se relacionam diretamente aos efeitos das instituições sobre o desempenho econômico. O estudo identifica as mudanças ocorridas no ambiente, incluindo análises sobre a transformação e a criação de instituições e organizações, tais como: a abertura das propriedades aos turistas; a reorganização e mudança do processo produtivo; o aprendizado técnico; a valorização do trabalho da mulher; a criação da Associação do Agroturismo de Venda Nova (AGROTUR) para coordenar a atividade; mudanças na legislação sanitária e criação do selo de autenticidade e qualidade; e a nova forma de lidar com a cultura cafeeira. Há indícios de que os processos institucionais e organizacionais foram facilitados pela presença de capital social e pela interação contínua entre instituições e organizações.

1 Introdução

O ambiente rural deixou de ser um espaço exclusivamente agrícola, com novas atividades econômicas emergindo deste espaço. Nesse contexto, o agricultor tem que desempenhar múltiplos papéis, combinando a atividade agrícola com a não agrícola para complementar a renda familiar e gerar ocupação para membros familiares. O turismo pode vir a ser um eixo articulador de projetos de desenvolvimento local sustentado (LOIOLA, 2004), sendo que hoje é visto como alternativa econômica para muitos municípios, inclusive como fator de incentivo às atividades não agrícolas em áreas rurais marginalizadas (BATHKE, 2002). O turismo rural, por exemplo, surgiu como uma ferramenta importante na promoção do desenvolvimento local sustentável e também como alternativa na melhoria da qualidade de vida das populações rurais (BATHKE, 2002).

O Turismo Rural no Estado do Espírito Santo se iniciou na região serrana central, como uma alternativa de geração de renda complementar aos produtores rurais através da comercialização de seus produtos como vinhos, queijos, embutidos, doces, etc. Portuguesez (1998) aponta que o programa de agroturismo nesta região é considerado a estratégia de interiorização e fomento ao “turismo alternativo” mais importante de toda a história do setor no Estado.

O setor de turismo caracteriza-se pelas complexidades de trabalhar com um produto intangível, não ter uma função de produção formal, ser fragmentado e multi-setorial e por não ter uma estrutura comum ao setor industrial (LICKORISH e JENKINS, 2000). Por outro lado, no setor agrícola, em geral, a produção é definida com base no histórico familiar e regional e seu produto é tangível, de primeira necessidade e de baixo valor unitário. Em função disso, existe uma deficiência de conhecimentos, tanto por parte dos agentes de turismo em lidar com as características do meio rural, quanto dos produtores rurais em lidar com as características da indústria de turismo. No turismo rural estão envolvidos *stakeholders* dos setores público, privado e, ainda, da comunidade local. Conseqüentemente, no desempenho do duplo papel de produtor rural e empresário de turismo rural, o agricultor deverá encontrar meios para

articular os interesses dos segmentos empresariais e seus *stakeholders* (BATALHA e MENDONÇA, 2003). Ou seja, é necessário que este empreendedor desenvolva um conjunto de habilidades que vá além da capacidade de conduzir o negócio rural isoladamente. Também é importante que o produtor rural/empresário de turismo rural abraque a tradição cultural de ser resistente a inovações que estejam fora de seu domínio de conhecimento. Associado a este contexto verificam-se carências de regulamentos e de um quadro institucional para o desenvolvimento e promoção do turismo, notadamente em aspectos relacionados a políticas, planejamento, regulamentos, estruturas organizacionais e instrumentos adequados de gestão do espaço rural (ALMEIDA e BLÓS, 1997; BENI, 2000).

Complementarmente ao cenário identificado, é importante considerar a marcante heterogeneidade estrutural e regional da economia brasileira, a qual contém fenômenos sociais relevantes e que podem permanecer ocultos nas investigações ciências sociais que se pautam na interpretação clássica do desenvolvimento rural (PAULILLO, 2006). Por exemplo, o espaço local pode apresentar um capital cultural e social específico, determinado pelo conhecimento e pela capacidade dos atores locais na realização do desenvolvimento endógeno (OSTROM, 1995). É relevante questionar o amadurecimento institucional no entorno dos fenômenos socioeconômicos, na medida em que seus atores sociais buscam instrumentalizar a estrutura de governança local e novas formas de governança territorial florescem a partir do desenvolvimento do capital cultural e social localizado (PAULILLO, 2006). Desta forma, a construção de novas instituições que sejam propícias ao desenvolvimento rural parece desempenhar papel fundamental, pois estas podem ser associadas ao fortalecimento dos vínculos entre os participantes chaves nas atividades socioeconômicas.

Neste sentido, a implantação de mecanismos de coordenação e controle que integrem os diversos *stakeholders* necessita contemplar um arranjo institucional entre elementos das três esferas de poder (sociedade civil, Estado e mercado) (SACHS, 1986). Assim, a participação da comunidade e seu envolvimento em programas e projetos em prol do desenvolvimento local, está intimamente ligada às características culturais da comunidade, à confiança, à organização social, enfim, à acumulação de capital social (DURSTON, 1999).

Existem diversos programas de pesquisa incluindo instituições como elemento-chave de seus pressupostos, e dentre esses se destaca a Nova Economia Institucional (NEI), que apresenta duas linhas de pesquisa complementares. A Economia dos Custos de Transação, focada nas microinstituições, aborda a análise de estruturas de governança. Williamson (1985) é um dos autores que tem se destacado nesta vertente. Outra linha de pesquisa está centrada na análise de macroinstituições. Essa linha é direcionada ao Ambiente Institucional, e o seu foco central envolve o estudo dos efeitos de diferentes instituições sobre o desempenho econômico e o surgimento das instituições. São representativos dessa linha os trabalhos de Davis e North (1971), North (1990, 1991 e 1998).

Complementarmente, tem sido observado um crescente número de estudos relacionando os temas Capital Social e Nova Economia Institucional, indicando que a presença desse fator facilita o desempenho econômico e a boa governança, impulsionando o desenvolvimento local. Tais estudos incluem os de Franco (2000; 2001), Putnam (2002), Lin (2001), Abramovay (2000), Pavarina (2003), Albagli e Maciel (2003), entre outros.

Com base no exposto, o presente artigo apresenta a seguinte questão de pesquisa: **Como se desenvolveu o fenômeno do agroturismo na Região Centro-Serrana do Estado do Espírito Santo?** Com o objetivo de identificar e analisar os fatores críticos do sucesso do agroturismo no território de Venda Nova do Imigrante-ES, embasado pelos pressupostos teóricos da NEI e do Capital Social.

O fenômeno do agroturismo na região Centro-Serrana do Estado do Espírito Santo, em particular no município de Venda Nova do Imigrante (VNI), iniciado em 1992, tem sido destacado em âmbito regional e nacional, sendo apresentado como modelo de sucesso do desenvolvimento local. O entendimento deste fenômeno pode trazer importantes subsídios para o desenvolvimento econômico em regiões rurais, pois o mesmo pode ser entendido como alternativa à estratégia de mecanização da agricultura, a qual necessita de grandes áreas rurais e elevados investimentos em bens de capital.

A distinção deste trabalho em relação a outros embasados pela Nova Economia Institucional é sua associação ao Capital Social, com enfoque no setor de turismo rural. Tal abordagem se justifica pelo fato de que a investigação no contexto específico do fenômeno pode permitir uma percepção mais acurada das características particulares das instituições e organizações, e assim contribuir para o entendimento da influência das instituições no desenvolvimento econômico regional e local.

2 Referencial Teórico

2.1 Agroturismo e turismo rural

Atualmente, em muitos municípios brasileiros, é possível constatar ações de fomento ao turismo rural, de forma organizada ou não. Para Zimmermann (2004), o processo de turismo rural que se desenvolve hoje no país é fruto da força da mídia e da necessidade que o produtor rural tem de buscar novas fontes de renda para a sua sobrevivência. O Brasil conseguiu criar um modelo próprio, dado a diversidade cultural do anfitrião, a dinâmica da população rural no país, e a riqueza dos recursos naturais que integram o espaço rural brasileiro.

A conceituação de Turismo Rural fundamenta-se em aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade. Com base nesses aspectos, o Ministério do Turismo (2005, p. 7) define Turismo Rural como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”. Também esclarece o que se entende como Agroturismo:

Agroturismo compreende as ‘atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc) a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa’ (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2005, p. 8).

Essas definições se fazem necessárias, pois algumas regiões, como o Estado do Espírito Santo, adotam o termo agroturismo para todas as atividades do Turismo Rural.

2.2 Nova Economia Institucional (NEI)

A mudança no modo de se pensar a atividade econômica de um modo geral, com as contribuições de Coase e North, trouxe crescente interesse no meio acadêmico, pelo estudo das instituições sobre a organização. Tal fato se reflete na economia brasileira que tem passado por mudanças institucionais que colocam desafios consideráveis tanto para os agentes econômicos como para a comunidade acadêmica que se dedica a analisar e compreender a realidade econômica brasileira. Com isso, existem diversos programas de pesquisas incluindo instituições como elementos-chave de seus argumentos. Dentre esses se encontra a Nova

Economia Institucional (NEI), que considera que as instituições têm um importante efeito sobre o desenvolvimento econômico, sendo incluídas tanto as relações e estruturas institucionais mais formalizadas, tais como governo, regime político e legislação de modo amplo, como as relações e estruturas informais, sejam horizontais ou hierárquicas.

A NEI foi inspirada na escola de institucionalistas americanos da década de 1920 e 1930, e ressalta a importância do papel das instituições na dinâmica econômica (ALBAGLI e MACIEL, 2003). No entanto, a NEI não se desenvolveu de forma unificada, pois a proposição original de Coase, em seu artigo intitulado "A Natureza da Firma" de 1937 em que apresenta uma nova visão de firma, por ser bastante genérica, inspirou o trabalho de autores de diversas tendências (FARINA, AZEVEDO, SAES, 1997). Isso permitiu o desenvolvimento de linhas de pesquisa independentes entre si, cada uma procurando responder diferentes questões específicas iluminadas pela proposição de Coase.

No estágio atual a NEI apresenta dois diferentes níveis analíticos: Ambiente Institucional e Estrutura de Governança. Uma das principais referências é Williamson (1985), que contando com a colaboração de diversos autores, amadureceu, modificou e reuniu em um conjunto coerente os principais *insights* que possibilitaram o desenvolvimento e consolidação da NEI. Entre esses autores, destacam-se os nomes de Douglass North, liderando a pesquisa sobre Ambiente Institucional, e de Paul Joskow, em aplicações empíricas.

A preocupação da NEI com o estudo da relação entre instituições e eficiência, é percebida na linha de pesquisa liderada por Douglass North, que tem como explícito objeto de análise o efeito de diferentes instituições sobre o desempenho econômico (FARINA, AZEVEDO, SAES, 1997). North (1990, 1998) defende que para o funcionamento da atividade econômica não apenas as organizações são importantes, mas também as instituições, as quais exercem papéis ativos quanto à organização destas atividades. As organizações desenvolvem suas atividades inseridas em um contexto maior do ambiente institucional e são moldadas por suas regras e restrições.

Segundo North (1991, p. 97), instituições são restrições (normas) construídas pelos seres humanos, que estruturam a interação social, econômica e política. Elas consistem em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e regras formais (constituições, leis e direitos de propriedade). Assim, entende-se o conceito de instituição não apenas como estruturas mais formalizadas, tais como governo, regime político e legislação de modo amplo, mas também as relações e estruturas informais, normas e valores incrustados nos hábitos e costumes de uma população. Para isso é tomado como dado o ambiente institucional, isto é, as normas sociais, regulamentações governamentais, o ordenamento jurídico dentre outras formas pelas quais se expressa o que Douglass C. North (1991, 1998) denomina que as instituições são as "regras do jogo" e as organizações são os "jogadores".

O ambiente institucional forma a estrutura na qual as ações humanas ocorrem (KLEIN, 2000). North (1990) afirma que as instituições fornecem a estrutura para a vida cotidiana, e definem e limitam as escolhas possíveis para os indivíduos. De acordo com Klein (2000) os estudos envolvendo o ambiente institucional trouxeram grande enriquecimento para as investigações a respeito da história econômica, em especial para o estudo do desenvolvimento econômico. Tal desenvolvimento tem sido visto, para os autores que utilizam o *framework* da NEI, como uma resposta à evolução das instituições que apóiam as relações sociais e comerciais (KLEIN, 2000). O desenvolvimento econômico é, na verdade, desenvolvimento institucional, e as investigações sobre história econômica e desenvolvimento econômico procuram desvendar como a evolução das instituições políticas e econômicas que

constituem um determinado ambiente econômico induz ao aumento de produtividade (NORTH, 1991).

A fim de se analisar o papel das instituições, a corrente Ambiente Institucional vem trilhando dois caminhos: (1) investigar os efeitos de uma mudança no ambiente institucional sobre o resultado econômico; ou (2) teorizar sobre a criação das instituições. No primeiro caminho, os autores desenvolvem aplicações concentradas na área de história econômica. Como exemplos as pesquisas de North e Weingast (1989) que examinaram os efeitos da *Glorious Revolution*, na Inglaterra do século XVII, sobre o crescimento econômico, onde concluem que para que ocorra crescimento econômico, o soberano ou o governo devem não somente estabelecer o conjunto relevante de direitos, mas construir um compromisso confiável para a sua garantia. Outros trabalhos têm explorado o efeito de outras instituições sobre o desempenho econômico – como Greif (1993) que, utilizando-se da Teoria dos Jogos e registros históricos sobre o mercado externo no Mediterrâneo do século XI, conclui pelo papel positivo da reputação nas transações econômicas. Outro pesquisador, Eichengreen (1994), analisou o papel das instituições de cooperação internacional no crescimento econômico do pós-guerra.

2.3 Nova Economia Institucional e Capital Social

Embora a Nova Economia Institucional (NEI), em sua abordagem não trate explicitamente de capital social, tem em seu marco teórico o conceito implicitamente presente. Diferentemente da perspectiva neoclássica que supõe o equilíbrio estático dos mercados, a economia é vista aqui como um processo dinâmico, um movimento de contínua descoberta e aprendizado (ALBAGLI e MACIEL, 2003). O capital social introduziu-se nos debates sobre desempenho econômico como um fator de produção independente e, até então, desconsiderado, quase sempre baseado nos estudos desenvolvidos por Bordieu, Coleman e Putnam (FRANCO, 2001). Conforme Franco (2001) e Lin, Cook e Burt (2001) o capital social propicia: a) maior facilidade de compartilhamento de informações e conhecimentos, bem como custos mais baixos, devido a relações de confiança, espírito cooperativo, referências socioculturais e objetivos comuns; b) melhor coordenação de ações e maior estabilidade organizacional, devido a processos de tomada de decisão coletivos; e c) maior conhecimento mútuo, ampliando a previsibilidade sobre o comportamento dos agentes, reduzindo a possibilidade de comportamentos oportunistas e proporcionando maior compromisso em relação ao grupo. Com isso as organizações tornam-se mais eficientes e as instituições funcionam melhor, reduzindo os custos de transação e a necessidade do uso da violência na regulação de conflitos.

Um dos temas de interface entre capital social e desempenho econômico, comum entre os conceitos de autores, como Hirshman (1984), Putnam (2002), Fukuyama (1996), Furubuton e Richter (2000), Franco (2001) e Lin, Cook e Burt (2001) são confiança e reciprocidade. Recentemente, tem havido uma explosão do interesse no tema da confiança e nos meios de promovê-la, particularmente naquelas situações onde a cooperação é um ingrediente vital. Enquanto, na versão associativa, confiança é sinônimo de amizade, da perspectiva econômica *stricto sensu*, relações estáveis de confiança, reciprocidade e cooperação são vistas como instrumentos para azeitar as relações entre agentes econômicos e melhorar a eficiência de formatos organizacionais. A confiança constitui, desse ponto de vista, ingrediente chave para reduzir “falhas de mercado”, aumentando a previsibilidade do retorno e diminuindo riscos.

3 Metodologia da Pesquisa

A pesquisa foi conduzida em duas etapas. Inicialmente foi realizado um estudo exploratório devido à carência de estudos que relacionem agroturismo, ambiente institucional e desenvolvimento econômico. Assim os pesquisadores foram a campo com o objetivo de observar o fenômeno do agroturismo, tendo como suporte teórico os pressupostos da NEI no que concerne às instituições e organizações e seu efeito no desempenho econômico conforme North (1990, 1991, 1998) e do Capital Social com os conceitos desenvolvidos por Franco (2001) e Lin, Cook e Burt (2001). O estudo exploratório foi realizado com objetivo de alcançar uma aproximação inicial ao fenômeno, formar uma idéia inicial dos principais *stakeholders*, dos diferentes tipos de dados e sua disponibilidade, entre outros. Este estudo exploratório foi realizado no período de abril/2005 a agosto/2005, no território do município de Venda Nova do Imigrante-ES.

3.1 Seleção das unidades de análise

Primeiramente foi realizado um levantamento junto ao AGROTUR, órgão criado com o objetivo de promover a organização do agroturismo, buscando identificar quantos empreendimentos exploram a atividade do agroturismo, qual a atividade exercida, e se recebem o turista na propriedade. Constatou-se que a entidade possui quarenta e dois associados, exercendo as mais diversas atividades, sendo que treze são empreendimentos rurais (propriedades) que se enquadram no perfil de prestadora de serviço turístico, recebendo o turista, sem abandonar a atividade primária: a agricultura. Com esta característica, a atividade turística desenvolvida nestas propriedades rurais pode ser catalogada como agroturismo, e por isso são o foco deste estudo.

Após o levantamento junto ao AGROTUR, foram realizadas visitas nas propriedades que recebem o turista, visando realizar as apresentações, apresentar a proposta de pesquisa, identificar pessoas chaves, e agendar dias e horários para o início das entrevistas. Durante esse primeiro contato, pessoas ligadas a várias organizações foram citadas como incentivadoras e apoiadoras do agroturismo. As organizações são: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, SEBRAE-ES, Secretaria Municipal de Turismo da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, TV Gazeta – Produção do Jornal do Campo, Alpes Hotel, Banco do Brasil, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB, além de ex-moradores e produtores já falecidos.

3.2 Pesquisa descritiva

Após a conclusão do estudo exploratório, partiu-se para a segunda etapa da pesquisa, a qual envolveu a realização de uma pesquisa histórica e a condução do estudo de múltiplos casos, orientados pela questão: **Como se desenvolveu o fenômeno do agroturismo na Região Centro-Serrana do Estado do Espírito Santo?**

Para responder à questão de pesquisa, a condução do estudo histórico e da análise dos casos foi baseada em evidências de três fontes distintas: entrevistas, observação não participante e análise documental. A segunda fase da pesquisa de campo foi realizada no período de setembro/2005 a dezembro/2005. Os informantes foram escolhidos pela qualidade presumida das informações que poderiam prestar. Buscou-se dessa forma, aplicar a técnica da triangulação “que se refere ao uso de diferentes fontes de dados” (VERGARA, 2005, p. 258), e baseada no emprego concomitante de diferentes técnicas de pesquisas que, segundo Triviños (1987, p. 138), “tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo”.

A opção pela análise histórica se justifica pelas características desta, que permitem a reflexão e a compreensão acerca da construção, da transformação e da incorporação dos valores e das ações do homem ao longo do tempo (VERGARA, 2005). Esta abordagem

permite também resgatar as trajetórias de indivíduos, organizações e movimentos, reduzindo a distância entre o discurso e a prática; e não se limita à narrativa de acontecimentos, mas pressupõe sua análise e interpretação. Desta forma a historiografia é uma técnica potencial em pesquisa gerencial, podendo fazer contribuições significativas para avaliação e seleção de variáveis, construção de teorias e geração de hipóteses (GOODMAN e KRUGER, 1988).

Já a opção pelo estudo de múltiplos casos se justifica pelas possibilidades oferecidas por esta abordagem que, segundo Yin (2001, p. 21), “[...] o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”. O estudo de caso vem sendo usado como estratégia de pesquisa em diversas disciplinas, “em que a estrutura de uma determinada indústria, ou a economia de uma cidade ou região pode ser investigada através do uso de um projeto de estudo de caso. [...] Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real” (YIN, 2001, p. 21). Para isso, uma característica necessária ao estudo deve ser o entendimento de um fenômeno social complexo.

A essência de um estudo de caso, conforme Yin (2001), é esclarecer decisões ou grupo de decisões, por que elas foram tomadas, como elas foram implementadas, e que resultados foram obtidos. Portanto, um estudo de caso, é uma inquirição empírica que tem as seguintes características: a) Investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto na vida real; b) os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente evidentes; e c) múltiplas fontes de evidência são utilizadas (YIN, 2001). Sendo assim, uma vez que não há um controle sobre o fenômeno do agroturismo e como se trata de um acontecimento contemporâneo, a metodologia de estudo de caso torna-se mais adequada para esta pesquisa.

Utilizando a taxonomia definida por Yin (2001), optou-se por estudo de caso com seis unidades para análise, que obtiveram sucesso com a atividade de agroturismo. Também foram estudados sete apoiadores e incentivadores do agroturismo. Na realização de estudos de caso, o critério que determina o valor da amostra é a adequação aos objetivos da investigação, garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida. Outro aspecto importante na seleção das unidades de análise foi a disponibilidade de dados, traduzida pela acessibilidade e pelo interesse dos atores em participarem como objetos dessa pesquisa (GIL, 1999; TRIVIÑOS, 1987).

3.3 Condução da pesquisa

Primeiramente foi realizada a construção do protocolo de coleta de dados, da seleção das unidades, dos apoiadores e da documentação para análise. Iniciou-se então a condução dos estudos, construindo um banco de dados. Após a revisão das anotações das entrevistas, dos dados documentais e anotações das observações, partiu-se para a organização do material coletado. Como suporte à discussão, foi elaborado um mapa de associação de idéias encadeando as várias informações que foram levantadas nos documentos e junto aos proprietários e apoiadores do agroturismo. Esse mapa é inspirado em Spínk (2004) e visa organizar fatos, atos, eventos e posicionamentos na criação do conceito de determinada realidade. Por fim foi realizada a análise de conteúdo das entrevistas e dos documentos buscando estabelecer o desenvolvimento histórico e econômico do agroturismo e os fatores críticos do seu sucesso, amparado pela teoria que dá sustentação ao estudo. Esses dados foram analisados e comparados dentro de um mesmo protocolo, visando a contribuir para a aplicação da teoria e para o desenvolvimento das implicações da mesma, considerando as características de: **a) troca de informações entre firmas, instituições e indivíduos; b) existência de uma infra-estrutura institucional de apoio às atividades desenvolvidas; c) a presença de uma identidade sociocultural; d) a organização simultânea de relações de**

concorrência e cooperação entre os agentes; e e) a sinergia entre as atividades, agentes e condições.

4 Venda Nova do Imigrante (VNI) e o turismo rural Capixaba

Venda Nova do Imigrante está situada na região central serrana do Espírito Santo, distante 104 km da capital, Vitória. O Município é cortado pela rodovia BR 262, que liga Vitória (ES) à Belo Horizonte (MG) e pela rodovia ES 166 (rodovia Pedro Cola) que a liga ao município de Castelo. É composto pela sede e dois Distritos (São João de Viçosa e Caxixe), além de diferentes comunidades. Sua população em 2000, segundo o censo do IBGE, era de 16.154 habitantes, sendo 61% moradores da zona urbana e 39% da zona rural.

O agroturismo, conforme Carnielli ([s.d.]), teve início no ano de 1986, em virtude das constantes oscilações de preço e queda da produção cafeeira no estado do Espírito Santo e na busca, da família Zorzal Carnielli, em encontrar uma nova fonte lucrativa que não fosse a monocultura do café. Assim o agroturismo surge na região como uma possibilidade de diversificação da prática agrícola tradicional, dando oportunidade de trabalho a membros de famílias numerosas, em especial às mulheres, que encontraram nessa alternativa não só o seu sustento, mas a manutenção das famílias unidas, o que contribui para a redução do êxodo rural. A atividade ainda é tímida em números – atinge diretamente 10 fazendas e outras 110 indiretamente – mas ousada quanto aos objetivos. Segundo Tessari (1994) os objetivos do agroturismo são: (a) fomentar uma nova modalidade de turismo; (b) promover a melhoria da qualidade de vida da população rural; (c) reduzir o êxodo rural; (d) valorizar o potencial agrícola e turístico da região; (e) reforçar a filosofia do projeto Turismo Ecológico, quanto à preservação do meio rural e da cultura regional.

No caso de Venda Nova do Imigrante, houve a diversificação não só da produção agrícola, com técnicas e manejos agrícolas diferenciados, mas também, a implementação de outras atividades para a oferta de produtos, tais como o investimento no aprimoramento do processo produtivo e da comercialização de laticínios, artesanatos e outros, além de gerar empregos para a mão-de-obra local. Tais ações exigiram investimento em qualificação, tecnologia e gestão das propriedades, e forneceram as bases para a oferta de produtos em maior quantidade e mais qualidade. Destaca-se que as ações de investimento e coordenação foram mediadas por parcerias com SEBRAE-ES, INCAPER, e Secretaria Estadual de Agricultura. “Calcula-se que o turismo sustente quase 2 mil pessoas na região, especialmente mão-de-obra familiar” (CAMPANHOLA e SILVA, 2000, p. 159).

O fenômeno do agroturismo está associado a um conjunto de agentes e instituições vinculados à oferta do produto turístico, que se movem por relações de interação, cooperação e competição. Dessa forma estão espacialmente concentrados em um território e estabelecem entre si relações horizontais (envolvendo o intercâmbio de fatores, competências e informações entre agentes similares vinculados a oferta do produto turístico). A horizontalidade e proximidade territorial indicam que o fenômeno do turismo nesta região é motivado não somente por aquilo que uma propriedade oferece isoladamente, mas pela soma das alternativas que todas elas ofertam, de acordo com informações obtidas com os proprietários e apoiadores entrevistados. A interação e a sinergia decorrentes da atuação conjunta proporcionam vantagens competitivas em relação à ação isolada de cada firma, tais como: a) cooperação empresarial – na aquisição conjunta de insumos, embalagens e na venda conjunta de produtos; b) especialização produtiva do trabalho e infra-estrutura coletiva – na aquisição de um torrefador de café para atender conjuntamente seis propriedades; c) especialização de serviços – visitas técnicas e treinamentos realizados em grupo, oportunizando o aprendizado coletivo; d) mais facilidade no desenvolvimento de novos

modelos, processos e organização da produção, envolvendo a contratação de assessoria técnica especializada para atender várias propriedades; e) troca de informações técnicas e de mercado, campanhas conjuntas de divulgação da imagem e de *marketing* - com rateio na confecção de *folders*, roteiros e catálogos.

5 Desenvolvimento histórico e econômico do fenômeno agroturismo em Venda Nova do Imigrante-ES

Foram observadas a elevada capacidade associativa da população, a sua organização em pequenas propriedades rurais e uma forte tradição de trabalho em grupo e voluntário. Por exemplo, desde o início da colonização foram construídas, em sistema de mutirão, obras como hospital, estradas, escolas, igrejas, cemitério, sede da cooperativa de compras e vendas de produtos. Inicialmente, ocorreu o estímulo ao desenvolvimento econômico sedimentado na atividade cafeeira. Desde o início as famílias se “*juntavam*” para realizar as colheitas do vizinho e as festas comunitárias, tradições que persistem até hoje, como exemplo a tradicional Festa da Polenta. Em razão disso, formou-se um ambiente cultural, com forte presença de voluntariado, do associativismo e organizações comunitárias, associada a traços da cultura italiana oriundos da colonização da região.

North (2005) afirma que o patrimônio cultural é a base determinante da estrutura institucional. No caso de Venda Nova do Imigrante, os atores envolvidos, particularmente os próprios produtores rurais, resgatam e fortalecem as tradições revendo e explorando costumes culturais. Com isso contribuem para a criação de uma identidade particular ao agroturismo e para o fortalecimento da cultura da cooperação, que resgata e fortalece a prática do trabalho associativo. Estes aspectos formam a base para o surgimento de processos mais detalhados de organização, que se expressa na presença de diversas associações em seu território¹, que têm participação direta ou indireta na mobilização, organização e coordenação das atividades em torno do agroturismo, conforme observa-se na Figura 1, a seguir.

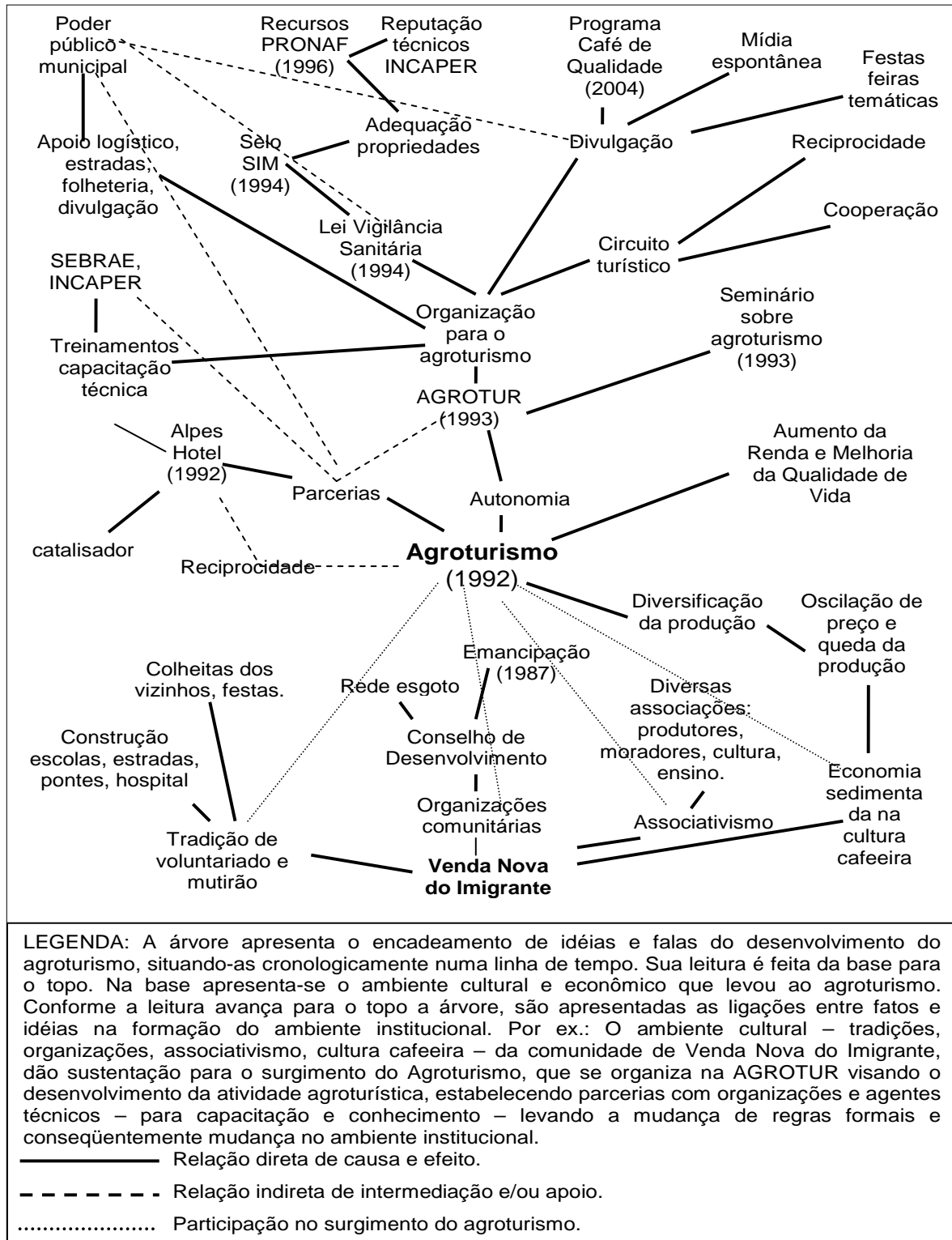


Figura 1: Árvore de associação de idéias e falas do desenvolvimento do agroturismo.

As relações sociais estabelecidas com a participação efetiva e constante nas nessas organizações, demonstradas pelos entrevistados, contribuem para a transmissão e disseminação da **confiança** que, juntamente com a **cooperação** e a **reciprocidade**, podem

representar elementos que facilitam o desempenho econômico da comunidade (RODRÍGUES-POSE, 2006).

O fenômeno do agroturismo desenvolve-se nesse contexto. Um dos principais estímulos iniciais veio do fundador do Alpes Hotel², o Sr. Luiz Perim que precisava de atrativos turísticos para os seus hóspedes. Ele já conhecia o modelo de agroturismo da Itália, e também conhecia as propriedades de VNI, sua gastronomia e culinária para consumo próprio, tais como: queijo, laticínios, embutidos, café, biscoitos, massas, doces, geléias, etc. Em 1992, Luiz Perim reuniu um pequeno grupo de produtores e propôs a formação de uma parceria entre eles. O hotel indicava os hóspedes/turistas para as propriedades, ao passo que estas ofertavam os produtos e o processo de produção. Enfim, abririam as suas portas para os turistas.

Em pouco tempo a rede de TV local elaborou uma reportagem sobre o agroturismo na região, que desencadeou uma série de reportagens e publicações sobre o agroturismo em veículos de comunicação estaduais e nacionais³. Com isso, segundo os entrevistados, começou a aumentar o fluxo de turistas. Este fato foi confirmado com a análise dos livros de assinaturas nas propriedades, que trazem registros de comentários, dicas e sugestões dos turistas, em relação ao período indicado pelos entrevistados e à ocorrência de reportagens nos meios de comunicação local.

Em consequência os produtores perceberam a necessidade de haver outras propriedades trabalhando com o agroturismo. Os turistas buscavam novidades de espaço e produtos diferenciados, que não existiam até então, e os produtores temeram pela saturação da atividade. Foi idealizado e iniciado um circuito turístico que envolve o trabalho em parceria e a reciprocidade, pois um produtor indica aos turistas outras propriedades e vende os produtos deles em sua propriedade, mesmo de propriedades que não recebem o turista.

A evolução do fenômeno começou a demandar melhores processos de coordenação e controle. Assim, em 1993 foi criada a Associação do Agroturismo de Venda Nova (AGROTUR), com o objetivo de coordenar as atividades do agroturismo. A associação também foi planejada com vistas a resgatar práticas institucionais do passado e sugerir novos contextos e oportunidades, desenvolver novas estratégias e oferecer apoio externo e capacitação. A criação da AGROTUR apresenta estreita concordância com a proposição de North (2005), na qual a contínua interação entre as instituições e as organizações em um ambiente caracterizado por recursos escassos e competição é a chave para a mudança institucional.

No início a AGROTUR promoveu um Seminário sobre Agroturismo com o Sr. Roberto Tessari, uma das principais lideranças do agroturismo na Itália, no qual foram definidas as ações para o agroturismo. Um grupo de proprietários realizou uma viagem à Europa, de capacitação e treinamento, com foco na Itália, para conhecer e aprender sobre o turismo rural. Ainda em 1993 foram formadas parcerias com o SEBRAE, INCAPER, SENAC, e obtido apoio da Prefeitura Municipal, sendo então inaugurado o primeiro ponto de informação⁴, venda de produtos, e difusão do agroturismo, administrado e mantido pelos produtores. Com isso criou-se uma idéia de autonomia, de que não dependeriam do poder público. A ajuda pública seria aceita, mas sem dependência. Foi então elaborado e divulgado o primeiro mapa com o roteiro do agroturismo⁵ e criado o *slogan*: “Venda Nova do Imigrante agroturismo o ano inteiro”.

Também em 1993 foi instalada a agência do SEBRAE-ES que viabilizou cursos e treinamentos de capacitação técnica, de organização das propriedades, de gestão do serviço turístico, a elaboração do 3º mapa do agroturismo do ES, a criação da rota do mar de da montanha, e a inclusão do agroturismo de VNI no PRODETUR-ES, projeto do governo

estadual. Similarmente o INCAPER viabilizou cursos e treinamentos, de gestão da agroindústria de manipulação de alimentos, entre outros. As forças organizacionais continuamente investem em novas habilidades e conhecimentos para sobreviver.

Os parágrafos precedentes indicam ser possível inferir a relevância dos pressupostos de North (2005) para a mudança institucional associada ao processo de desenvolvimento econômico associado ao fenômeno do agroturismo abordado. O investimento em capacitação e coordenação reflete o segundo pressuposto de North (2005) de que a competição força as organizações a continuamente investir em capacitação e conhecimento para sobreviver. North (2005) também afirma que as habilidades e os conhecimentos adquiridos pelos indivíduos e organizações irão moldar as percepções futuras a respeito de oportunidades e as escolhas que irão alterar incrementalmente as instituições. Complementarmente, o quinto pressuposto proposto por North (2005) diz que as economias de escopo, complementaridade, e rede de externalidades de uma matriz institucional tornam a mudança institucional extremamente incremental e dependente da história recente.

Cria-se assim um ciclo em que o ambiente institucional específico do território e o mecanismo de ação que se desenvolve em torno dos assuntos locais caracterizam um campo de interação próprio, no qual ocorrem mudanças institucionais que afetam o desempenho das organizações, ao mesmo tempo em que estas, em busca de seus interesses, procuram alterar as instituições. No desenvolvimento institucional, prevalecem a história do lugar, o contexto cultural, as relações de proximidade e a resolução de assuntos de interesse municipal, (NORTH, 1991, 1998; PAULILLO, 2006). Assim as ações da AGROTUR propiciaram a criação da Secretaria Municipal de Turismo de VNI, fomentando a divulgação, com a confecção de *folders*, captação de mídia espontânea, suporte para participação de feiras (*stands*, transporte) em parceria com os proprietários, e também a elaboração o 2º mapa com roteiro do agroturismo. Esses fatos promovem uma mudança do ambiente institucional, e a AGROTUR soma forças e ganha legitimidade para atuar em prol da atividade agroturismo.

Com o agroturismo ganhando evidência, a fiscalização sanitária estadual interveio com a proibição da comercialização dos produtos, pois estes não atendiam as exigências da vigilância sanitária. Para continuar explorando o agroturismo, os produtores teriam que atender à legislação vigente, a mesma das grandes empresas, o que inviabilizaria a atividade. Os produtores organizados conseguiram, junto à câmara municipal de vereadores e a prefeitura municipal, a adaptação da legislação sanitária à realidade local, criando, em 1994, a Lei de Vigilância Sanitária⁶ e a instituição do Selo de Inspeção Municipal⁷- SIM, que garantiram autenticidade ao agroturismo, atestando a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal. As instituições fornecem a estrutura para a vida cotidiana, e definem e limitam as escolhas possíveis para os indivíduos (NORTH, 1990). Assim os indivíduos agem de acordo com suas preferências endógenas, mas suas ações são interdependentes com as de outros indivíduos, porque se baseiam na satisfação de interesse comum, organizam-se estrategicamente e conseguem modificar as regras formais do jogo, propiciando mudança no ambiente institucional (DAVIS e NORTH, 1971; NORTH, 1990).

Com a adequação das normas de vigilância sanitária à realidade local, e as propriedades foram se adaptando à nova realidade, com destaque para a construção de áreas para manipulação de alimentos, investimento e melhorias de produção, agroindústrias, etc. Foi fundamental o apoio e a reputação de técnicos do INCAPER, que realizaram projetos de adequação das agroindústrias, para atender as exigências da legislação, deu credibilidade à busca de recursos do PRONAF junto aos órgãos oficiais de crédito.

Valendo-se do destaque como exemplo de desenvolvimento, o agroturismo passa a ser citado e apoiado com mais intensidade pelo poder público. Com isso foi viabilizada, em 2005,

a construção do posto de informações turísticas e sede própria da lojinha do AGROTUR. Neste mesmo ano foram realizadas, em parceria, duas feiras estaduais do agroturismo, e a participação na 1ª feira do agroturismo em Brasília – DF. Também outras propriedades aderiram ao agroturismo, incentivadas e apoiadas por quem já estava praticando a atividade. Atualmente os programas de incentivo e apoio ao “Café de Qualidade”, iniciado em 2004, vêm agregar valor e divulgar o agroturismo, acrescentando novas possibilidades à atividade. Verifica-se assim a aprendizagem coletiva nas experiências realizadas ao longo do tempo, assimilando tecnologia e um modo novo de fazer as coisas. Pode-se associar ao processo o componente de *path dependence* descrito por North (1990, 2005), no qual a história recente impacta diretamente no desenvolvimento das instituições. A atividade cafeeira, que teve desempenho econômico importante no passado, está presente na atividade do agroturismo, com técnicas e manejos diferenciados, e vislumbra o futuro com novas tecnologias e aprendizado (NORTH, 1994).

6 Fatores críticos do sucesso do agroturismo: Análise das dimensões da NEI e do capital social no ambiente institucional

Da análise de conteúdo das reportagens e entrevistas, ajustados às dimensões do capital social e da NEI, que são suportados pelas observações e análise histórica e documental, foram identificados fatores que fornecem evidências para o sucesso do agroturismo. No presente estudo o surgimento de novas instituições e a evolução das já existentes podem ser observados em fatos como: a abertura das propriedades aos turistas; reorganização das propriedades e mudança do processo produtivo - adequando-as para a atividade do agroturismo; aprendizado técnico da nova atividade de turismo; a valorização do trabalho da mulher; criação da AGROTUR para coordenar a atividade; mudança na legislação sanitária e criação do selo de autenticidade e qualidade; e nova forma de lidar com a cultura cafeeira.

Há indícios de que esta mudança institucional foi facilitada pela presença de aspectos do capital social no território estudado, evidenciados nos aspectos de reciprocidade e cooperação identificados em ações de solidariedade entre as propriedades; parcerias em um circuito turístico - onde várias propriedades são envolvidas e próximas e em que um remete o turista para o outro; na tradição de trabalhos voluntários e mutirão; na participação nos cursos e treinamentos técnicos - nos quais há uma proximidade e um conhecimento mais profundo do outro, que passa a ser visto como parceiro. Complementarmente, as modificações no ambiente institucional ocorrem na contínua interação entre instituições e organizações, com os indivíduos percebendo que podem fazer melhor se reestruturarem práticas do passado. Assim, fomenta-se mudanças em normas formais, bem como o investimento em novas habilidades e conhecimentos.

No Quadro 1 a seguir, são apresentados como evidências do sucesso do agroturismo, alguns recortes das entrevistas, ajustados às dimensões do capital social e da NEI.

Conteúdo	CS				AI	
	C o n	C o o	A s s	P a r	I n s	O r g
Recortes das entrevistas com apoiadores e incentivadores						
[A pessoas têm que ter interesse (...) não confundir com interesses escusos]. [Só trabalham junto, porque ambos têm interesse lícito e ambos ganham com isso]. [Organização do AGROTUR]. [Tradição de trabalho em grupo (isso é antigo), mutirão, obras voluntárias, pastoral, que é muito forte]. [Lembra da feira dos municípios quando acontecia... os próprios produtores montavam os <i>stands</i> e eles mesmos trabalhavam...]. [um remete o turista para o outro... (produtos diferentes)]. [Cada um toma um rumo, mas estão apostando no crescimento do outro para o negócio deles crescer também].	X	X	X	X	X	X
[Capacitação dos produtores (visão holística) – trabalho técnico]. [Assessoria dada a eles (não fazer dívidas, passo-a-passo, começar pequeno e ampliar de acordo que o turista necessite)]. [Reorganizar a propriedade, aperfeiçoar processos]. [Mão-de-obra qualificada]. [Viagens locais, nacionais e à Itália, de conhecimento e capacitação técnica]. [Formação e acompanhamento: SEBRAE e INCAPER].				X	X	X
[Ver o outro como parceiro e não como concorrente]. [Fortalecimento (sinergia) para o desenvolvimento local da comunidade]. [Concorrência sadia, no sentido de oferecer o melhor produto]. [Várias propriedades envolvidas e próximas].	X	X		X	X	
[... fazendo adaptações para acolhimento do turista (bancos, banheiro, espaço para bate-papo) e melhoria do processo produtivo, por exigência da vigilância sanitária].					X	X
[Criação do sistema de inspeção municipal e o selo SIM criado para aumentar o mercado desses produtores (sair da ilegalidade). Deu credibilidade ao agroturismo].	X			X	X	X
Recortes das entrevistas com proprietários						
[O que impulsiona é a família trabalhando... que atende o turista... Estar sempre de bom humor]. [Mão-de-obra familiar - que consegue tocar a propriedade e atender o turista. É mais espontâneo e personalizado... A mulher tem um jeito melhor de atender. Tem uma sensibilidade maior]. [O Agroturismo veio para preencher/ocupar o espaço/tempo das mulheres, que ficavam em casa].					X	X
[Mesmo isolados nas propriedades irem crescendo juntos]. [A solidariedade entre as propriedades. Encarar o outro proprietário como parceiro (ex. compras em conjunto de embalagem, embalar produtos de outros) o que também diminui custos].	X	X	X	X		
[Não depender do poder público. Nos órgãos buscam apoio porque precisam]. [Prefeitura 'deu muito apoio' no início: cuidava das estradas, da infra-estrutura, fazendo placas de sinalização]. [Nesse caso da lei de vigilância sanitária a prefeitura orientou os produtores, pois vieram os órgãos fiscalizadores de fora e tratava todo mundo como igual: o pequeno produtor e a grande indústria. Aí a prefeitura interviu. Adaptou a legislação à realidade dos pequenos]. [Qualidade dos produtos...].				X	X	X
[Treinamento, formação. Apoio (INCAPER, SEBRAE)]. [Cursos e treinamentos participaram em 300horas pelo SEBRAE, participa de palestras]. [A INCAPER no início ajudava muito (...) faziam projetos, cursos (sabão, licor, pão)].	X				X	X
[O melhor marketing é o boca-a-boca. Mídia 'espontânea', acontece, publicam e não sabem porque, não pedem]. [Também na televisão (reportagens...)].		X			X	X
Legenda: CS – Capital Social; Con – Confiança; Coo – Cooperação; Ass – Associativismo; Par – Participação. AI – Ambiente Institucional; Ins – Instituições; Org – Organizações.						

Quadro 1: Fatores críticos de sucesso.

7 Considerações Finais

Este artigo objetivou entender o desenvolvimento histórico e econômico do fenômeno agroturismo na região do território de Venda Nova do Imigrante-ES. Foram utilizados os pressupostos de NORTH (1990, 1998, 2005) e do capital social.

Os resultados evidenciam uma mudança no ambiente institucional do território estudado. Esse processo pode ser constatado na estruturação e adequações realizadas nas unidades pesquisadas em Venda Nova do Imigrante-ES, em que há indícios do surgimento de novas instituições e da evolução das instituições previamente existentes. No processo de alteração ou surgimento de instituições constata-se a aderência aos pressupostos de NORTH (2005) propostos para caracterizar o processo de mudança institucional que suporta o desenvolvimento econômico.

Há indícios também de que essa mudança no ambiente institucional foi facilitada por aspectos do capital social. Tais mudanças ocorrem na contínua interação entre instituições e organizações, em que os indivíduos percebem que podem fazer melhor reestruturando práticas do passado e fomentando mudanças em normas formais, bem como continuamente investir em novas habilidades e conhecimento para que possam desenvolver, e a fonte de mudança é o aprendizado contínuo de indivíduos e empreendedores das organizações. Isto evidencia uma complementaridade e sinergia entre a NEI e o fator capital social para entender o desenvolvimento histórico e econômico do fenômeno agroturismo em Venda Nova do Imigrante.

Dado que a pesquisa focalizou a avaliação de uma região específica, surgem limitações que devem ser referidas. Primeiro, há que se considerar que os resultados obtidos não podem ser generalizados, uma vez que, cada região possui características únicas e um ambiente institucional próprio que podem facilitar e influenciar o desempenho de programas de desenvolvimento local. Desta forma, somente estudos em larga escala poderiam ser efetivos no estabelecimento de regras mais genéricas sobre a questão pesquisada.

Como segunda limitação, destaca-se que o processo de coleta de dados, através de observações, entrevistas, está sujeito a algum grau de subjetividade, tanto por parte dos entrevistados quanto por parte do pesquisador na sua interpretação final.

Diante das limitações expostas surgem diversas possibilidades para novas pesquisas sobre o tema. Dentre elas está a realização de um estudo amplo com maior número de municípios, avaliando comparativamente o ambiente institucional e o desenvolvimento de territórios em que o agroturismo é mais ou menos desenvolvido. Como uma segunda proposição de pesquisa, sugere-se investigar como os produtores rurais, atuando em numa nova estrutura e se relacionando com outros agentes, têm suas transações afetadas. Também poder ser analisadas as estratégias adotadas para a governança do agroturismo em VNI, considerando a existência de possíveis problemas comportamentais e de insuficiência de informações.

8 Referências

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital social e desenvolvimento local. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M.; MACIEL, M. (Orgs). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 2003. p. 423-438.

ALMEIDA, J. A.; BLÓS, W. Turismo e desenvolvimento em espaço rural. **Ciência e Ambiente: Agricultura, Território e Meio Ambiente**. n. 15, p. 31-9, 1997.

AZEVEDO, Paulo Furquim de. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura**. São Paulo, 47, 1, p. 33-52, 2000. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br>>. Acesso em: 23 dez. 2005.

BATALHA, M. O.; MENDONÇA, M. C. A. **Estrutura e dinâmica do turismo no espaço rural: uma análise na ótica da NEI**. 2003. Disponível em: <<http://www.gepai.dep.ufscar.br/publicacoesbusca.php?>> Acesso em: 17 mar. 2005.

BATHKE, Maria Eliza Martorano. **O turismo sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola: estudo de caso – fazenda Água Santa – São Joaquim – SC**. 2002. 167 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BENI, M. C. Mesa redonda: gestão do turismo no Brasil. **Revista de administração**. São Paulo, v. 33, n. 4, p. 2-25, out./dez., 1998.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 145-179.

CARNIELLI, Leandro. **Agroturismo: os primeiros passos de uma comunidade rural da montanha capixaba**. Venda Nova do Imigrante: [s.n.], [s.d.].

DAVIS, Lance E.; NORTH, Douglas. **Institutional change and american economic growth**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

EICHENGREEN, B. Institutions and economic growth: Europe after world war II. **Center for Economic Policy Research**, Discussion Paper, n. 973, June 1994.

FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SAES, Maria Sylvia Macchione. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Editora Singular, 1997.

FRANCO, Augusto de. **Capital social**. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FURUBUTON, Eirik G.; RICHTER, Rudolf. **Institutions and economic theory: the contribution of the New Institutional Economics**. [S.l.]: The University of Michigan Press, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOODMAN, Robert S.; KRUGER, Evonne Jonas. Data dredging or legitimate research method? Historiography and its potential for management research. **The Academy of Management Review**, v. 13, n. 2, p. 315-325, apr. 1988.

GREIF, A. Contract enforceability and economic institutions in early trade: the maghribi traders coalition. **American Economic Review**, 83, June 1993, p. 525-548.

HIRSHMAN, Albert. Against parsimony: three cases way of complicating some categories of economic discourse. **American Economic Review**, 74, 1984.

- KLEIN, P. G. New institutional economics. In BOUCKAERT, B. and GEEST, G. D., (Eds.) **Encyclopedia of Law and Economics**, chapter 0530, pages 456–489. University of Ghent, Belgium, (2000). Disponível em <<http://encyclo.findlaw.com/0530book.pdf>>. Acesso em 27/04/2006
- LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- LIN, N.; COOK, K.; BURT, R. (Ed). **Social capital: theory and research**. New York: Aldine de Gruyter, 2001.
- LOIOLA, Elizabeth. Turismo e desenvolvimento local sustentado. **RAP**. Rio de Janeiro, 38(5), p. 817-850, set./out., 2004.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria de Políticas de Turismo (Brasil). **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Disponível em:<<http://www.turismo.gov.br/0-catalogo-documentos/arquivos-internos/Diretrizes%20-%20Turismo%20Rural.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2005.
- NORTH, D. C. Institutions and the process of economic change. **Management International**; Spring 2005; 9, 3, p. 1-7.
- NORTH, D. C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.
- NORTH, Douglass C. Economic performance through time. **The American Economic Review**; Jun 1994; 84; 3, p. 359-368.
- NORTH, D. C. Institutions. **Journal of Economic Perspective**, v. 5, n. 1 Winter 1991, p. 97-112.
- NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- NORTH, D. C.; WEINGAST, B. Constitution and commitment: the evolution of institutions governing public choice in seventeenth century England, **Journal of Economic History**, 49, dec. 1989, p. 803-832.
- ORTEGA, Antonio César; NUNES, Emanuel Márcio. Desenvolvimento rural-local e agricultura familiar no Brasil. In: XAVIER, Clésio Lourenço (Org.). **Desenvolvimento desigual**. Uberlândia: EDUFU, 2004. p. 381-410.
- OSTROM, E. Constituting social capital and collective action. In: KEOHANE, R. O.; OSTROM E. (ed.) **Local commons and global interdependence**. London: Sage, p. 125-160, 1995.
- PAULILLO, Luiz Fernando. **Sobre o desenvolvimento de localidades rurais: algumas contribuições da teoria neo-institucional**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/zipados/paulillo.pdf>> Acesso em: 06 abr. 2006.
- PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo e desenvolvimento socioespacial: reflexões sobre a experiência do agroturismo no estado do Espírito Santo**. 1998. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. (Trad. Luiz Alberto Monjardim). 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RODRÍGUEZ-POSE, Andrés; STORPER, Michael. Better rules or stronger communities? On the social foundations of institutional change and its economic effects. **Economic Geography**; Jan 2006; 82, 1, p. 1-25.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TESSARI, Roberto. **O que é agroturismo?** Apostila do seminário de agroturismo oferecido pelo AGROTUR em 22 jan. 1994, Venda Nova do Imigrante, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. (Trad. Daniel Grassi). 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**: firms, markets, relational contracting. New York: The Free Press, 1985.

ZIMMERMAN, Adonis. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário. (Orgs.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2004. p. 127-142. (Coleção Turismo).

¹ Com o tempo foram criando associações para os mais diversos fins, tais como associação de produtores de café, de hortaliças, dos pecuaristas, do meio ambiente, de produtores e famílias, de moradores, de ensino, de mulheres, da Festa da Polenta (AFEPOL), do Agroturismo (AGROTUR), de Mães Voluntárias da APAE, de Voluntárias do Bazar do Hospital, do Coral da igreja, da Casa da cultura, do Clube Recreativo, Sindicato Produtores e dos trabalhadores Rurais, além de conselhos comunitários, e de voluntários. No aspecto da organização cabe destaque o conselho de desenvolvimento de VNI com sua atuação marcante nos anos 80, objetivando: a) conseguir o sistema de tratamento de esgoto quando VNI era distrito; e b) o empenho pela emancipação política em 1987.

² Inaugurado em 1992, começou a animá-los na idéia do agroturismo, sendo um “catalisador” em juntar as pessoas, grande propulsor e acelerou o processo na divulgação de turismo com qualidade.

³ O Alpes Hotel custeava as despesas de jornalistas para divulgação do agroturismo.

⁴ Era localizado em um espaço cedido gratuitamente nas instalações do Alpes Hotel.

⁵ Cópias xerox custeadas e distribuídas pelo Alpes Hotel aos seus hóspedes/turistas.

⁶ Lei nº 178/94 que dispõe sobre o código de vigilância sanitária do município de Venda Nova do Imigrante-ES.

⁷ Lei nº 187/94 que instituiu o SIM - Selo de Inspeção Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES.